

## APRESENTAÇÃO

Tivemos o privilégio de coordenar a primeira turma da Especialização em Direito Digital da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam, iniciada sob a direção-geral do Ministro Og Fernandes e muito bem recebida e conduzida pelo Ministro Mauro Campbell Marques. Foram 360 horas de aulas, leituras, fóruns de discussão e laboratórios que resultaram em análises profundas, pesquisas e *insights* valiosos sobre como o Judiciário está respondendo e como deve responder às demandas da sociedade digital.

Esta obra representa uma contribuição ao campo do Direito Digital, sendo composta por 23 artigos escritos por discentes – magistrados/as da Justiça Federal e estadual, de todas as regiões do país –, bem como por docentes especialistas no tema. O Direito Digital é a resposta jurídica à transformação profunda e acelerada por que passa o mundo, por isso a relevância de nos prepararmos para a solução de questões cruciais da atualidade.

Os artigos abordam os seguintes temas:

i) Inteligência Artificial no Judiciário: como a inteligência artificial está sendo usada para a tomada de decisões judiciais e seus dilemas éticos;

ii) On-line Dispute Resolution e Justiça Digital: no ambiente hiperconectado em que vivemos, a resolução *on-line* de disputas pode trazer benefícios importantes para a conciliação e a mediação, assim como a Justiça Digital pode proporcionar novas formas de acesso à justiça. Os artigos analisam como tornar esse processo mais justo e eficaz;

iii) Liberdade de Expressão e Fake News: como proteger a integridade da informação enquanto respeitamos o direito à livre expressão? Investigam-se os desafios legais e éticos dessa questão, com foco nas redes sociais;

iv) Proteção de Dados: em um universo com cerca de 78 milhões de processos judiciais no Brasil, há uma discussão sobre as implicações legais da coleta e o compartilhamento de informações pessoais pelo Judiciário;

v) Propriedade Intelectual: a inteligência artificial tem crescente participação no processo de criação, seja de obras intelectuais, seja de invenções. Importa saber como a legislação atual acomoda as criações feitas por máquinas;

vi) Provas Digitais: *prints* de aplicativos de comunicação, fotos extraídas de redes sociais etc. Com o aumento das provas digitais, como garantir a autenticidade e a admissibilidade de provas?

vii) Legal Design e Visual Law: novas formas de comunicação e expressão são exploradas pelos artigos, trazendo exemplos práticos de seu uso como instrumento de transformação da experiência do usuário do sistema de justiça.

Jurimetria, criptomoedas, Marco Civil da Internet, direito tributário e crimes no ambiente digital são tópicos igualmente abordados com *expertise*, demonstrando a amplitude da pesquisa e da prática que permeiam a Especialização em Direito Digital.

Agradecemos a toda a equipe da Enfam, na pessoa do ministro e diretor-geral, por promover o estudo do Direito Digital e pelo gentil acolhimento do corpo discente e docente. Agradecemos, especialmente, a todos/as os/as autores/as pela dedicação e pelas significativas contribuições para lidar com os desafios da sociedade

contemporânea. Esperamos que esta obra inspire discussões inéditas e catalise mudanças positivas em nosso sistema jurídico.

Agradecemos e boa leitura!

Caroline Somesom Tauk (juíza federal - TRF2)

Larissa Camargo Pinho (juíza de direito - TJRO)

Coordenadoras da Especialização em Direito Digital da Enfam